



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES, NO ÂMBITO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), OCORRIDOS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015, RELACIONADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS (CPI – BNDES)

Ofício nº 36/19-P

Brasília, 24 de abril de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Assunto: Solicitação de informações.

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Senhoria que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada em 27/03/2019, vem adotando as providências necessárias à realização de seu mister.

Não obstante, para a consecução de seus objetivos se faz necessária a obtenção de informações que possam nortear o desenvolvimento dos trabalhos que lhe estão afetos.

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 91/19 (cópia anexa) em reunião realizada no último dia 16 de abril, solicito a Vossa Senhoria que disponibilize para esta CPI, em meio eletrônico pesquisável, informações, por meio de documentos comprobatórios, sobre a realidade das transações financeiras de empréstimos internacionais de exportação de serviços de engenharia, com seguro coberto pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), considerando inúmeros relatos midiáticos que dão conta que alguns países não estariam honrando com os compromissos assumidos.

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, a CPI tem prazo de funcionamento determinado. Assim sendo, solicitamos que o envio seja realizado em até dez dias, para que possamos analisar as informações e darmos continuidade às investigações desta CPI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES, NO ÂMBITO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), OCORRIDOS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015, RELACIONADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS (CPI – BNDES)

Certo de poder contar com a valiosa colaboração de Vossa Senhoria, apresento antecipadamente os meus agradecimentos.

Esclareço que as informações deverão ser enviadas aos cuidados da Secretaria Executiva desta CPI, localizada no Ed. Anexo II da Câmara dos Deputados, Pavimento Superior, Sala 165-B, que desde já coloco à disposição de Vossa Senhoria, por meio dos telefones 3216.6276 e 3216.6261, e do e-mail cpi.bndes@camara.leg.br, para dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos porventura necessários.

Cordialmente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vanderlei Macris', written over a circular stamp or mark.

Deputado VANDERLEI MACRIS
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES, NO ÂMBITO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), OCORRIDOS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015, RELACIONADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS (CPI – BNDES)

REQUERIMENTO Nº 91/2019. (Da Sr. Sidney Leite)

Requer ao BNDES informações sobre a realidade dos pagamentos dos contratos internacionais de exportação de serviços de engenharia com seguro coberto pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeiro que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido de Informações, por meio de documentos comprobatórios, sobre a realidade das transações financeiras de empréstimos internacionais de exportação de serviços de engenharia, com seguro coberto pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), considerando inúmeros relatos midiáticos que dão conta que alguns países não estariam horando com os compromissos assumidos.

JUSTIFICATIVA

Recentemente, Senhor Presidente, foi amplamente divulgado por diversos meios de comunicação que após os calotes da Venezuela e de Moçambique, no ano passado, a Angola pode ser a próxima a atrasar os pagamentos de empréstimos do BNDES que financiaram obras de empreiteiras brasileiras. No total, o banco tem US\$ 4,3 bilhões a receber de dívidas nessa modalidade, sendo US\$ 2 bilhões de Venezuela, Moçambique e Angola.

É do conhecimento de todos que esses financiamentos de longo prazo no exterior tem a participação dos governos nos créditos e nas garantias, ocorre, segundo fontes do Ministério da Economia, que neste momento de crise financeira não há previsão orçamentária para eventuais calotes, caso os países contratantes de fato não honrem com os seus compromissos financeiros.

O caso específico da Venezuela é mais preocupante, visto que do calote de US\$ 262 milhões anunciado em setembro de 2017, US\$ 115 milhões são com o BNDES. O banco



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES, NO ÂMBITO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), OCORRIDOS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015, RELACIONADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS (CPI – BNDES)

tinha mais US\$ 274 milhões a receber no ano passado, do saldo devedor total de US\$ 814 milhões. Segundo matérias amplamente divulgadas, o atraso da parcela de 2018 implicaria gasto adicional de R\$ 885 milhões no orçamento federal daquele ano e que dificilmente a dívida seria paga normalmente.

Já Angola, que em 2018 era a maior devedora do BNDES, não chegou a esse ponto da Venezuela, mas o governo local havia anunciado um pacote de ajuste com previsão de renegociação da dívida externa para lidar com a expressiva queda de suas receitas com as exportações de petróleo.

No caso de Moçambique, houve calote de US\$ 22,5 milhões no empréstimo para a construção do Aeroporto de Nacala, no norte do país, a cargo da Odebrecht. A obra, de US\$ 125 milhões, virou um elefante branco. O terminal opera com 4% da capacidade de 500 mil passageiros por ano e o país da costa leste africana ainda deve US\$ 161 milhões ao BNDES.

Como mencionado anteriormente, a política de promover as exportações de serviços de engenharia com crédito público é prática corriqueira de muitos países, no entanto, me preocupa a escalada do ritmo dos empréstimos aprovados pelo BNDES, o que levou o Tesouro Nacional a intensificar o aporte de capital no banco, com reflexos na atual crise fiscal.

Sala da Comissão, de abril de 2019.

Deputado SIDNEY LEITE
(PSD/AM)